

## **A propósito do livro *Portugal no Centro*** (Fundação Calouste Gulbenkian, 2016)

Há muito tempo que carrego comigo um assunto que me intriga e para o qual tenho procurado uma explicação. O assunto é este: por que razão parece ser tão difícil produzir uma interpretação positiva e ambiciosa da Região Centro, de tal forma que o que ouvimos habitualmente dela não é mais do que uma espécie de descrição de último recurso, como se estivéssemos apenas perante uma paisagem e não perante um sistema humano e onde não se nota nem vontade nem projeto? De facto, a avaliar pelo que é mais frequente, define-se em geral este território como um *mosaico* (não sendo isto uma homenagem à nossa indústria cerâmica nem à notável presença romana), um espaço *policêntrico* (não sendo este um tributo à geometria), algo que surge *entre* duas áreas metropolitanas (e esta não é uma alusão às *sandwiches*), um stock de pontos de *conectividade* (fazendo lembrar a conhecida frase “vá para fora cá dentro”) havendo sempre uma insistência na *diversidade* (como se este fosse o início de uma avaliação cromática ou um tema das artes plásticas). E, muitas vezes, tudo isto culmina na ideia de fragmentação, numa espécie de rendição às antigas visões pós-modernas que gostavam de decompor os grandes conceitos e de valorizar a dissolução. Eu acho isto desesperante.

Contudo, ao contrário do que acontece com a Região Centro, é frequente ouvirmos interpretações de outras regiões do país em que sobressai não uma metáfora de último recurso mas aquilo que é próprio da política e da intervenção construtiva, isto é, em que se nota bem uma vontade e um propósito de alcançar o que ainda não se tem mas deve ser parte de um caminho a percorrer. As interpretações propostas nestes casos estão sempre – e muito bem! – para além da realidade, pois centram-se no lugar a que se quer chegar. São, por isso mesmo, não apenas complacentes com o que tais regiões são hoje, como se propõem até esquecer isso. Ninguém fala da Lisboa para onde hoje em dia tende a confluir perigosamente quase toda a mão-de-obra qualificada do país, que vai ser usada como trabalho barato, mas fala-se euforicamente da *Web Summit* como se uma gota de água bastasse para toda a nossa sede. Fala-se do Porto como lugar reconhecido inventado pela *Ryanair* mas não se fala da economia *low cost* que tudo isto desencadeia. Esta atitude está certa, visto que é voluntarista, propõe-se exercer o poder e acelerar um rumo, mais do que fazer uma simples contemplação. É o caso, por exemplo, do estudo *Nordeste Global*, que faz parte da mesma iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian em que se insere este estudo sobre o Centro. O Norte, que é uma região periférica, encara-se pelo que pretende ser, pelo modo como se imagina, e não pelo que ela é, e nem sequer se fica confinado à geografia convencional, visto que se opta por definir um território entre Braga e Aveiro, coisa que, como sabemos, não corresponde ao que temos na nossa mente habituada a uma certa perceção da realidade. O mesmo acontece quando se estuda Lisboa, designada *Uma Metrópole para o Atlântico*, e, em termos terrenos, se opta por um território “que a transcende”, chegando, aliás, a Leiria ou a Évora. Ou seja, faz-se o que é próprio do uso da vontade, que é transformar o que existe de forma ambiciosa. Puxa-se para cima. Não para baixo. Certíssimo.

Ora, voltando à Região Centro, acontece que eu acho que é também possível ousar uma interpretação positiva, socioeconómica, com intenção prospetiva, isto

é, capaz de a encaminhar, a ela e ao país, para mais do que aquilo que são hoje, usando os recursos de que dispõem. No meu entender, a Região Centro é – e deve ser – a região do desenvolvimento urbano não metropolitano de Portugal, aquela em que é possível usar uma vasta gama de recursos para uma perspectiva de descentralização produtiva e de qualidade urbana da qual depende uma articulação equilibrada do país evitando os riscos da concentração. É para esta região urbana, considerada no seu conjunto, que temos de olhar e não para uma coisa dissolvida. Convido-vos a que façamos disto matéria de política, de ambição para a região e para o país. Convido-vos a que se olhe para uma região urbana que é também uma região produtiva. E que se compreenda que não se trata apenas de dar valor a este espaço – trata-se de definir o país. Aqui se pode conjugar cosmopolitismo e territórios de bem-estar, inovação e recursos do património, conhecimento e qualidade ambiental, indústria e cidades. Em suma urbanidade, urbanidade, urbanidade. Falemos de Coimbra ou de Aveiro, de Leiria ou de Viseu, de Castelo Branco, da Covilhã ou da Guarda. Sei que alguns me acusarão de bairrista e excessivo, mas não hesito em dizê-lo: é pelo papel da Região Centro que se define a qualidade (ou a falta dela) do país que temos e do país que estamos a construir. E justificarei já a seguir que a próprio Região Centro depende mais do país do que de si mesma, por razões que exporei.

Claro que, ao contrário do que disse retoricamente, eu tenho uma explicação para aquele assunto que me intriga e de que falei no início. A explicação é esta: só institui uma interpretação positiva, construtiva e prospetiva quem tem poder. Aliás, a interpretação prevalecente das coisas cabe sempre aos que têm ao seu lado um poder, seja ele qual for. Diz-se até que são os vencedores que escrevem a história. E a Região Centro não tem poder e tem vindo a consolidar a sua condição de perdedora. Por isso, a interpretação prevalecente é feita de fora, por outros. E não pode ser lisonjeira, mesmo que seja simpática. Aqui não há o poder que a nossa condição regional e a nossa posição justificariam. Assim como não há o que poderia derivar de uma adequada organização territorial do Estado, consagrada constitucionalmente, e que, pela via da política e das instituições garantisse aquilo que a matéria de facto muitas vezes não alcança só por si. Quando eu próprio andei nestas andanças, no século passado, confiei que a regionalização era o caminho certo e justo para tomar precauções num país desequilibrado e para fomentar capacidades. Conhecem o que se passou entretanto...

Em tempos, escreveu-se em França um livro bastante conhecido entre os especialistas chamado *Les Régions qui Gagnent*, seguido de um outro intitulado *La Richesse des Régions*, em que eu próprio colaborei. Era uma altura em que se confiava nas capacidades regionais descentralizadas e se pensava que elas bastavam para um desenvolvimento capaz e equilibrado. Mas hoje não é isso que caracteriza o nosso mundo mais próximo. Hoje, as forças dominantes são amigas da polarização, da concentração cumulativa e do desdém pelos territórios, pondo depois na lapela uns exemplos mais ou menos emblemáticos que são tratadas de *per se* e não como partes do contexto que os originou. As boas almas ainda vão pensando que, perante as realidades desequilibradas, há de haver uma solução que abençoe todos e chamam a isso efeito-capitalidade, isto é, concentra-se tudo onde a “eficiência” aconselha (escrevo com aspas, pois eu acho que é poder) e espera-se depois que a coisa se redistribua pelos que, entretanto, cederam os

seus recursos. Quando há uns anos me pediram que estudasse isto, concluí que não havia meio de tal acontecer neste país em transformação silenciosa.

Gostaria de vos dizer que, ao contrário do que possa parecer do que disse até aqui, não tenho uma visão definitivamente dramática das coisas nem me dou por vencido. Eu confio na política e na capacidade para tomar deliberações certas, confio em que um país não se autflagela nem se despreza a si mesmo. Ou não vivêssemos nós agora em Portugal um momento de inteligência, que tanto me alegra, em que se soube encarar bem as urgências que mais nos afligiam e resgatar um país que parecia perdido. Mas este meu otimismo trágico leva-me a dizer, como já ouviram, que o grande problema da Região Centro é saber qual é o seu papel no país e consiste, em concreto, em saber se há um país equilibrado e mobilizador para o qual ela seja essencial ou se o que temos é um país que a descarta. Eu sei que os sinais não são tranquilizadores. Foi um certo país que, quando teve de decidir sobre um aeroporto, o entregou aos apetites da burguesia fundiária e rentista e aos construtores civis que queriam construir mais uma ponte sobre o Tejo, neste caso desprezando até a população de Lisboa, propondo-lhe um aeroporto para lá de um rio... Eu sei que se sabe ousar ampliar o Metro em Lisboa ou no Porto (e muito bem!) mas não há nem sequer pachorra (quanto mais dinheiro!) para pensar um transporte urbano moderno na única cidade não metropolitana do país que polariza 400 mil indivíduos. E também sei que quando temos por todo o país tantas pessoas que qualificámos, metemos num comboio as que não foram para o estrangeiro e as oferecemos aos magotes a quem lhes oferecerá ocupações precárias em Lisboa, de tal forma que a capital tem hoje um modelo de desenvolvimento baseado no uso extensivo de mão-de-obra que faz lembrar o do Vale do Ave nos anos 70 e 80, com a diferença de que agora as pessoas afluem ali, não estavam lá, e são altamente qualificadas. Apesar disto, insisto que não há, não haverá Região Centro digna sem que primeiro se defina o país territorialmente de forma positiva. Dito de outro modo, o papel da Região Centro depende do que conseguirmos fazer do país. Hoje, ele está convulsionado e muitos estão desapossados. Pode ser diferente se olharmos para dentro com sentido de justiça.

Permitam-me uma comparação. Quando discutimos o que queremos no futuro, como queremos organizar a nossa vida coletiva e ordenar os nossos espaços de vida e de trabalho, a Região Centro, assim como as regiões não lisboetas em geral, estão para Portugal como Portugal e as periferias europeias estão para a Europa e para o seu centro. Servem para serem parte ativa, incluída num sistema minimamente coeso e equilibrado ou são periferias dominadas e a excluir da lógica mais poderosa? Onde estará a nossa capacidade para agirmos com razão no debate europeu se perdemos a razão em casa, produzindo cá dentro um sistema centro-periferia tão tenaz como o que criticamos na Europa?

Por uma vez, temos de ter consciência do que queremos: se um país todo ele *low cost* e suburbano, onde chegam passageiramente mercadores de lazer e de paisagem ou mercadores de qualificações baratas, ou se um país produtivo, urbano, qualificado, industrial, estruturado territorialmente e capaz de contrariar o que o empobrece, o que o torna inexoravelmente periférico e o que, por isso, o há de esvaziar, deixando talvez duas ilhas a flutuar. Se a primeira hipótese vencer, teremos uma Região Centro eternamente perdedora, por muito que lhe elogiemos a paisagem, o património, os *clusters* ou mesmo os seus

sistemas urbanos, que em breve serão suburbanos. Se a opção for por um Portugal inteiro, isto é, se a política fizer o que cabe à política, à deliberação coletiva e à própria democracia, então os nossos *clusters*, as nossas universidades, as nossas cidades, a nossa paisagem, tudo aquilo que este livro muito bem descreve há de valer muito. Mas resta resolver estes “ses”...

José Reis  
Coimbra, 12 de abril de 2016

